

181

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	07/02/2001
C	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13662.000075/99-80

Acórdão : 202-12.439

Sessão : 17 de agosto de 2000

Recurso : 113.391

Recorrente : LÚCIO VÍTOR FABRI

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**SIMPLES EXCLUSÃO** – Não pode optar pelo SIMPLES a empresa que possuir débito inscrito em dívida ativa da União ou do INSS. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
LÚCIO VÍTOR FABRI.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento do recurso.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2000

Marcos Vinícius Neder de Lima  
Presidente

Helvio Escovedo Barcellos  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, Maria Teresa Martinez López, Ricardo Leite Rodrigues, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Oswaldo Tancredo de Oliveira e Adolfo Montelo.

Imp/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

182

Processo : 13662.000075/99-80

Acórdão : 202-12.439

Recurso : 113.391

Recorrente : LÚCIO VÍTOR FABRI

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de recurso voluntário contra decisão de primeira instância que ratificou o procedimento de exclusão, da ora recorrente, do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Segundo o Ato Declaratório nº 48.308, de fls. 02, a exclusão teve como motivação:

- 1 - pendências da empresa e/ou sócios junto ao INSS; e
- 2 - pendências da empresa e/ou sócios junto à PGFN.

A impugnante apresentou Ofício nº 269/99 (fls. 05), onde o INSS certifica de que a empresa regularizou sua situação através de recolhimento e/ou parcelamento do débito, nada obstando à confirmação de sua opção pelo SIMPLES.

Uma vez que não houve manifestação quanto à pendência na PGFN foi reaberto o prazo de 30 dias para apresentação de razões adicionais de defesa.

A recorrente então anexou cópia dos protocolos e dos DARFs nos quais constam o parcelamento do débito inscrito na dívida ativa, não apresentando a certidão, pois a PGFN de Varginha - MG estava trocando seu sistema.

A autoridade singular não acolheu os argumentos mediante decisão (fls. 25/27) assim ementada:

**"SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - SIMPLES**

***Exclusão - Não comprovada a regularidade da situação da contribuinte perante a PGFN, é de se manter a exclusão do SIMPLES, motivada por pendências junto àquele Órgão.***

**Exclusão procedente".**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13662.000075/99-80

Acórdão : 202-12.439

Inconformada, a recorrente apresenta recurso (fls. 30) onde apresentou certidão positiva com efeito de negativa da PGFN de Varginha - MG.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

184

Processo : 13662.000075/99-80  
Acórdão : 202-12.439

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS**

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Conforme relatado, é discutida a exclusão do SIMPLES pela inexistência quanto à regularidade junto ao INSS e à PGFN.

A alegação de futura regularização ou o parcelamento da dívida não tem o condão de alterar seu *"status quo"* da inadimplência.

Dispõe o art. 9º da Lei nº 9.317/96:

"Art. 9º - Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica: XV - que tenha débito inscrito em dívida ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa."

É pressuposto para a aquisição do direito à opção ao SIMPLES a inexistência de débito inscrito na dívida ativa da União ou do INSS, salvo quando, existindo, esteja com sua exigibilidade suspensa.

No momento da inscrição no SIMPLES, a empresa possuía débitos, e portanto, não poderia ter optado pelo pagamento do tributo de forma simplificada.

Por fim, registro que se a empresa vier a dispor das condições legalmente exigidas, poderá se for do seu interesse, fazer novamente a opção pelo SIMPLES, no próximo ano calendário, devendo, para tanto, procurar a unidade da SRF de sua jurisdição.

Assim sendo, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2000

  
HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS